



CURRÍCULO, PODER E DIVERSIDADE: TERRITÓRIOS EM DISPUTA NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Diego Carneiro Santos Tanan¹, Estér de Souza Batista Corrêa², Gênesis Guimarães Soares³

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Vitória da Conquista/Ba, Brasil
(diego.ctanan@gmail.com)

² Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Vitória da Conquista/Ba, Brasil

³ Centro Universitário de Excelência (UNEX), Vitória da Conquista/Ba, Brasil

Resumo: Este estudo analisou a inserção das temáticas de diversidade sexual e de gênero nos currículos dos cursos de Psicologia das universidades federais da Bahia. A pesquisa documental evidenciou diferenças na organização curricular, destacando a UFSB pela abordagem transversal e integrada. Conclui-se que a incorporação consistente desses conteúdos fortalece a formação ética, crítica e comprometida com os direitos humanos e a valorização da diversidade.

Palavras-chave: Direitos humanos; Diversidade sexual; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Psicologia, enquanto ciência e profissão comprometida com os direitos humanos, desempenha um papel fundamental na promoção do respeito à diversidade e no enfrentamento das diferentes formas de discriminação. Nesse contexto, torna-se essencial que a formação dos futuros psicólogos contemple discussões sobre diversidade sexual e de gênero, preparando-os para atuar de maneira ética, crítica e sensível diante das demandas da sociedade contemporânea (Conselho Federal De Psicologia, 2019; Vêras *et al.*, 2025).

Apesar dos avanços nas discussões sobre diversidade no ensino superior, a inserção dessas temáticas nos currículos dos cursos de Psicologia ainda ocorre de forma desigual. Enquanto algumas instituições incorporam esses conteúdos de maneira mais ampla e articulada, outras os abordam de forma pontual ou restrita, o que pode limitar a formação dos estudantes para o atendimento de populações historicamente marginalizadas (Rossato *et al.*, 2024).

Nessa perspectiva, compreender o currículo como um território em disputa, conforme propõe Arroyo (2013), significa reconhecer que as escolhas sobre o que ensinar refletem disputas políticas, sociais e culturais. Assim, a presença ou a ausência de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero revela quais saberes são valorizados na formação acadêmica e quais permanecem à margem. Essa discussão também dialoga com a noção de injustiça cognitiva apresentada por Santos (2007), ao evidenciar que determinados conhecimentos e experiências ainda

encontram dificuldades para serem reconhecidos nos espaços de produção do conhecimento.

Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo analisar como as temáticas de diversidade sexual e de gênero estão presentes nos currículos dos cursos de Psicologia das universidades públicas da Bahia, identificando sua forma de inserção, os principais enfoques adotados e as diferenças entre as instituições analisadas.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho caracterizou-se como qualitativo, de natureza exploratória e documental, por buscar compreender como as temáticas de diversidade sexual e de gênero são incorporadas aos currículos dos cursos de Psicologia das universidades públicas da Bahia. A escolha dessa abordagem permitiu analisar os documentos institucionais em profundidade, considerando seus significados e a forma como expressam as propostas de formação profissional (Martins, 2004).

A pesquisa foi composta pelos documentos oficiais disponibilizados nos sites das universidades que ofertam o curso de Psicologia no estado da Bahia: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Foram analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), as matrizes curriculares, as ementas, os conteúdos programáticos e as bibliografias das disciplinas relacionadas à temática investigada.



A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), contemplando as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. A partir desse procedimento, foram identificadas categorias relacionadas à presença das temáticas de diversidade sexual e de gênero, à forma de inserção no currículo (disciplinas obrigatórias, optativas ou conteúdos transversais), aos enfoques teóricos adotados e à centralidade atribuída a esses conteúdos na formação em Psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), das matrizes curriculares, das ementas e das bibliografias evidenciou diferenças significativas na forma como as temáticas de diversidade sexual e de gênero são incorporadas aos currículos dos cursos de Psicologia das universidades federais da Bahia. Embora todas as instituições apresentem algum nível de aproximação com a temática, observa-se que sua inserção ocorre com diferentes graus de centralidade, continuidade e aprofundamento.

A UFSB apresenta a inserção mais ampla e consistente das temáticas, distribuídas ao longo da formação por meio de disciplinas obrigatórias e optativas que abordam gênero, sexualidade, diversidade, direitos humanos e processos de exclusão social. Em contrapartida, a UFBA e a UFRB concentram essas discussões em um número reduzido de componentes curriculares, fazendo com que o aprofundamento dos conteúdos dependa, em grande medida, da escolha de disciplinas optativas pelos estudantes.

Tabela 1. Inserção das temáticas de diversidade sexual e de gênero nos currículos de Psicologia das universidades federais da Bahia.

Universidade	Disciplina Obrigatórias	Disciplinas Optativas	Forma de inserção
UFBA	1	4	Inserção pontual, com maior aprofundamento nas optativas
UFRB	2	1	Inserção fragmentada e pouco sistematizada
UFSB	9	5	Inserção transversal e estruturante do currículo

Os dados apontam que as diferenças entre as instituições não se restringem ao número de disciplinas ofertadas. O aspecto mais relevante refere-se ao lugar que a diversidade sexual e de gênero ocupa no projeto formativo de cada curso. Enquanto a UFSB distribui essas discussões ao longo da trajetória acadêmica, permitindo que os estudantes estabeleçam relações entre diferentes campos da Psicologia, a UFBA e a UFRB concentram os conteúdos em componentes específicos, reduzindo as possibilidades de articulação entre esses conhecimentos e as demais áreas da formação.

Essa organização curricular produz impactos diretos na construção das competências profissionais. Quando as discussões sobre diversidade aparecem apenas em disciplinas isoladas ou optativas, corre-se o risco de que tais conteúdos sejam compreendidos como conhecimentos complementares, e não como dimensões fundamentais da atuação psicológica. Considerando que psicólogas e psicólogos atuam em contextos marcados por desigualdades de gênero, sexualidade, raça e classe, a inserção periférica dessas temáticas pode limitar o desenvolvimento de uma prática ética, crítica e comprometida com os direitos humanos.

Outro aspecto observado diz respeito ao caráter transversal da formação. A UFSB apresenta um currículo no qual gênero e sexualidade dialogam com diferentes componentes curriculares, favorecendo uma compreensão interdisciplinar dos fenômenos psicológicos. Essa organização amplia as possibilidades de reflexão sobre processos de subjetivação, violência, relações de poder, políticas públicas e direitos humanos, aproximando a formação das demandas contemporâneas da profissão. Nas demais instituições, embora existam iniciativas relevantes, as discussões aparecem de maneira menos articulada, dificultando sua consolidação como eixo estruturante da formação.

A comparação entre os currículos permitiu identificar três diferentes modelos de inserção das temáticas investigadas. Na UFBA, a diversidade sexual e de gênero está institucionalmente presente, porém seu aprofundamento concentra-se nas disciplinas optativas, tornando a experiência formativa dependente do percurso escolhido por cada estudante.

Essa abordagem mais superficial na matriz curricular do curso dentro das disciplinas obrigatórias, mostra uma fragilidade institucional que deve ser reanalisada. Nota-se que, por se tratar de temáticas que não se repetem ao longo do currículo, isso pode gerar uma percepção de irrelevância. Todavia, quando se consideram as optativas e os perfis distintos dos estudantes, essa percepção pode ser alterada.

Na UFRB, observa-se uma abordagem predominantemente transversal em algumas



disciplinas obrigatórias, embora sem continuidade suficiente para consolidar essas discussões ao longo do curso. Já a UFSB apresenta uma organização curricular mais integrada, na qual os conteúdos aparecem distribuídos em diferentes momentos da formação, favorecendo sua articulação com distintos campos de atuação da Psicologia.

Esses resultados demonstram que a presença de componentes curriculares específicos representa um avanço importante, mas não constitui, isoladamente, garantia de uma formação comprometida com a diversidade. Mais relevante do que a quantidade de disciplinas é a maneira como essas discussões atravessam o currículo, dialogam entre si e são articuladas aos fundamentos teóricos, éticos e técnicos da profissão.

Os resultados corroboram a perspectiva de Arroyo (2013), para quem o currículo constitui um território em disputa, atravessado por relações de poder que definem quais conhecimentos são legitimados e quais permanecem em posições periféricas. Nesse sentido, a forma como gênero e sexualidade são inseridos nos currículos revela diferentes concepções de formação profissional e distintos compromissos institucionais com a promoção da diversidade e dos direitos humanos.

A predominância dessas temáticas em disciplinas optativas ou sua distribuição fragmentada evidencia que sua incorporação ainda ocorre de maneira desigual, refletindo disputas em torno da legitimidade desses conhecimentos no campo da Psicologia. Sob essa perspectiva, a ausência de uma abordagem transversal pode ser compreendida como expressão de processos de invisibilização de determinadas experiências sociais, restringindo o contato dos estudantes com debates fundamentais para o exercício profissional.

Essa interpretação também dialoga com a noção de injustiça cognitiva proposta por Santos (2007), ao evidenciar que determinados saberes e experiências continuam ocupando espaços marginais nos processos de formação universitária. Quando os currículos deixam de contemplar de forma consistente as vivências da população LGBTQIAPN+, acabam reproduzindo hierarquias de conhecimento que limitam a compreensão da diversidade humana e restringem a capacidade da Psicologia de responder às demandas sociais contemporâneas.

Por outro lado, a organização curricular identificada na UFSB demonstra que é possível construir propostas formativas mais integradas, nas quais a diversidade sexual e de gênero deixa de ser tratada como conteúdo complementar para assumir caráter estruturante. Essa perspectiva aproxima-se das orientações do Conselho Federal de Psicologia, que defendem uma atuação profissional pautada no respeito aos direitos humanos,

na valorização da diversidade e no enfrentamento de todas as formas de discriminação.

De maneira geral, a análise comparativa evidencia que a inserção das temáticas de diversidade sexual e de gênero ainda depende das escolhas político-pedagógicas de cada instituição. Isso reforça a necessidade de revisão dos currículos de Psicologia, de modo que esses conteúdos sejam incorporados de forma transversal e permanente, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados para atuar em uma sociedade plural, marcada por diferentes formas de desigualdade e pela constante defesa dos direitos humanos.

CONCLUSÃO

A análise dos currículos evidenciou que a inserção das temáticas de diversidade sexual e de gênero ainda ocorre de forma heterogênea entre as universidades federais da Bahia, revelando que esses conteúdos permanecem condicionados às escolhas político-pedagógicas de cada instituição. Mais do que diferenças na organização curricular, esses resultados expressam distintas concepções sobre o papel da formação em Psicologia diante das demandas sociais contemporâneas.

Sob essa perspectiva, compreende-se que a ausência ou a inserção periférica dessas discussões não representa apenas uma lacuna curricular, mas limita a construção de uma formação capaz de problematizar as desigualdades que atravessam a prática profissional. Em um contexto marcado pelo aumento da violência contra populações historicamente vulnerabilizadas e pela persistência de discursos discriminatórios, restringir esses debates significa reduzir as possibilidades de atuação ética, crítica e socialmente comprometida da Psicologia.

Ao compreender o currículo como um território em disputa, torna-se evidente que a inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero ultrapassa a incorporação de novas disciplinas. Trata-se de reconhecer esses conhecimentos como constitutivos da formação profissional, articulando-os de maneira transversal aos diferentes campos de atuação da Psicologia e às diretrizes éticas da profissão.

Esse movimento exige currículos que não apenas acompanhem as transformações sociais, mas que também contribuam para produzi-las, formando profissionais capazes de questionar práticas excludentes e promover o respeito à diversidade em seus diferentes contextos de atuação, principalmente com o principal com o aprofundamento do tema, visto que as nuances sobre a diversidade ainda são abordadas de forma limitada no contexto atual das universidades federais da Bahia. Ademais, é necessário considerar linhas temáticas correlacionadas



à diversidade. Questões sociais em diferentes contextos possuem conexões, sendo necessário um entendimento mais aprofundado para que a colaboração entre psicólogo e paciente se realize em sua totalidade.

Espera-se, portanto, que este estudo contribua para o fortalecimento das discussões sobre currículo e formação em Psicologia, incentivando processos de revisão curricular que ampliem o compromisso das universidades com os direitos humanos, a justiça social e a valorização da diversidade como princípio estruturante da formação profissional.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/codigo-de-etica-2019.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2026.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- ROSSATO, Solange P. M. *et al.* Inclusão na Educação Superior: do que estamos falando? **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, v. 8, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/OBv8.e2024-12>. Acesso em: 22 mai. 2026.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso em: 15 mai. 2026.
- VÉRAS, Renata M. *et al.* Interseccionalidade gênero-raça-classe na formação de profissionais de saúde na UFBA, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 5, p. 1-10, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232025305.02132025>. Acesso em: 01 mai. 2026.